



Agostinho Pereira de Miranda, Francisco Teixeira, José Miguel Júdice e o João Teives, director da revista *Advocatus*.

“Problema do Ministério Público é não se aplicar a lei”

José Miguel Júdice critica o pedido de Pinto Monteiro para que os seus poderes sejam reforçados.

Etv

Direito a Falar
sextas-feiras, 22 horas

Francisco Teixeira

francisco.teixeira@economico.pt

José Miguel Júdice e Agostinho Pereira de Miranda são dois dos mais experientes advogados portugueses, estão habituados a trabalhar cá dentro com a mesma frequência com que o fazem no estrangeiro e convergem nos elogios ao rumo que tem sido dado à justiça por Paula Teixeira da Cruz.

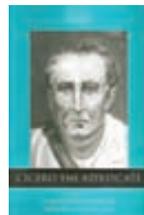
Tanto Júdice como Miranda são próximos da actual ministra da Justiça mas há anos que apontam como prioritária da reforma do

código de processo civil, um mapa judiciário simplificado e magistrados com uma formação sólida. Convidados do último “Direito a falar”, um programa do EconómicoTV em parceria com a “Advocatus”, só num ponto os dois advogados divergiram: os poderes do Ministério Público.

O ex-bastonário José Miguel Júdice, é categórico na crítica ao pedido de Fernando Pinto Monteiro para que os seus poderes sejam reforçados: “O problema do Ministério Público não é a falta de poderes, é não se aplicar a lei”. O sócio e fundador da PLMJ caracteriza o órgão responsável pela investigação em Portugal de uma forma muito peculiar: “O Ministério Público é uma hierarquia mas funciona como uma colecção de advogados em que cada procurador faz o que lhe dá na sua realíssima gana”.

Ao longo de 45 minutos de programa este foi o único tema que separou Júdice de Agostinho Pereira e Miranda, sócio fundador da Miranda Alliance, uma das mais

LIVRO



Cicero the Advocate

Para além de um grande filósofo, político, escritor e orador, Marcus Tullius Cicero foi o grande Advogado da era do fim da República. Jonathan Powell e Jeremy Paterson organizam um conjunto de estudos que se centram na análise do Cícero Advogado numa excelente edição da Oxford.

João Teives,
director da revista
“Advocatus”

internacionalizadas firmas portuguesas de advogados que alcança a proeza de integrar juristas de nove nacionalidades, de recolher mais de 60% da sua facturação no estrangeiro e de olhar para o mundo como o seu mercado natural. “Os advogados e os magistrados têm responsabilidades pelo caos a que chegámos mas acima de tudo, isto, deve-se a decisões políticas erradas”, diz Agostinho Pereira de Miranda. “Sem uma revisão constitucional não vamos resolver certo tipo de arranjos estruturais ao nível das magistraturas”, quando “precisamos de discutir se faz sentido uma separação absoluta de poderes sem um sistema de pesos e contrapesos”. Ao contrário do ex-bastonário, este especialista em direito comercial e de energia sustenta que “o PGR não tem os meios adequados para desempenhar as suas funções e só podemos pedir responsabilidades quando existem meios”.

Apesar desta discordância, Júdice e Miranda têm carreiras ali-

nhadas (dois reputados árbitros internacionais) e uma análise coincidente. Aplaudem a aposta do Governo no desenvolvimento dos meios alternativos de resolução de litígios, nomeadamente a nova lei da arbitragem voluntária. José Miguel Júdice ajudou a desenhar esta legislação que transpõe para Portugal as regras de arbitragem em vigor na ONU. “Agora temos uma boa lei, depois somos um pequeno país, sem grandes problemas, com ordem, restaurantes simpáticos, hotéis que não são maus e aeroportos que funcionam, logo, podemos ser um centro internacional para grandes arbitragens”, antevê o sócio da PLMJ. Agostinho Miranda diz que a arbitragem “não é o caminho para resolver os problemas da justiça, é um instrumento complementar”. Sobre a nova lei não hesita: “Vai trazer para Portugal arbitragens de valores muito significativos, que nos últimos anos não vinham porque tínhamos uma lei que as bloqueava”. ■